



Nelson Barbosa diz que havia recurso para decretos de Dilma

Ex-ministro do Planejamento garantiu na Comissão do Impeachment que suplementações orçamentárias só alteraram a aplicação, sem gasto extra



Marcos Oliveira/Agência Senado

Barbosa diz, na reunião coordenada por Anastasia e Lira, que os avisos iniciais do TCU sobre possíveis irregularidades nos decretos de Dilma não tinham valor legal

A meta de resultado primário do país não foi impactada pelos decretos de crédito suplementar que motivaram o processo contra a presidente afastada Dilma Rousseff, segundo o ex-ministro do Planejamento Nelson Barbosa. Ele garantiu aos senadores da Comissão do Impeachment que não houve irregularidade e que não se criou obrigação de gasto.

As argumentações de Barbosa foram endossadas pelas outras quatro testemunhas que falaram à comissão na sexta-feira, incluindo o ex-ministro da Educação José Henrique Paim Fernandes. 4

Plenário vota Supersimples e Ciência sem Fronteiras

O projeto que amplia o alcance e atualiza as regras do Supersimples deve ser votado amanhã no Plenário. Uma das alterações eleva o teto para enquadrar as pequenas empresas e os microempreendedores individuais. Também está na pauta projeto da Comissão de Ciência e Tecnologia que institui e regulamenta em lei o Ciência sem Fronteiras. 3



Jefferson Ruy/Agência Senado — 15/6/2016

Senadores vão deliberar sobre regime especial e incentivo a estudo no exterior

Internautas são contra limitação de dados na internet



Psicodim

Quase 100% dos usuários domésticos discordam de limites para a banda larga

De acordo com enquete realizada pelo DataSenado, 99% dos cerca de 609 mil entrevistados são contra a limitação de dados na internet de banda larga fixa. A consulta foi motivada por proibição a essa limitação prevista em projetos de lei em tramitação no Congresso, entre eles uma sugestão popular com origem no Portal e-Cidadania. 3



Publicação ajuda a entender impactos do deficit público

A nova meta fiscal — deficit de R\$ 170,5 bilhões — deve contribuir para aumentar o endividamento público, alerta o *Monitor Fiscal* deste

mês. Boletim elaborado por consultores do Senado e da Câmara usa gráficos e termos simples para facilitar a compreensão. 2



Jonas Pereira/Agência Senado — 23/5/2016

Renan recebe de Temer previsão de nova meta fiscal, analisada em boletim



JOVEM SENADOR

ESPORTE: EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Todos os anos, estudantes de todo o país têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa no Projeto Jovem Senador. É o Senado unindo a experiência e a juventude para fortalecer a cidadania.

Conheça o projeto em www.senado.gov.br/jovemsenador

Parceria:   Realização: 

Publicação de consultores do Senado e da Câmara analisa nova meta fiscal e os impactos dos resultados nas contas públicas. Gráficos e linguagem simples ajudam cidadão a acompanhar números

Boletim alerta para risco de deficit elevar dívida pública



A NOVA META fiscal da União para este ano, que prevê deficit primário de R\$ 170,5 bilhões, é o destaque do boletim *Monitor Fiscal* deste mês, produzido pelas Consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara. A previsão foi recebida como um sinal de alerta dos profissionais responsáveis pela publicação, já que a persistência de resultados negativos pode contribuir para o aumento do endividamento público.

De acordo com o consultor de Orçamento do Senado e integrante da coordenação técnica do boletim Paulo Bijos, a situação fiscal da União é considerada preocupante.

— O que nos preocupa é a trajetória de endividamento da União. Tudo indica que a dívida pública federal deve continuar subindo bastante nos próximos anos. Temos um grande receio quanto à formação de um círculo vicioso difícil de ser rompido. Na medida em que a dívida cresce, aumentam as despesas com juros — explica.

A edição de junho do boletim analisa, com o suporte de infográficos, seis pontos relacionados à evolução das contas da União. O primeiro é a meta de resultado primário (receitas menos despesas) da União em comparação com a de estados e municípios. Há

Consultorias ajudam senadores a analisar propostas orçamentárias

A Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado faz o assessoramento técnico na área de direito financeiro, planos, orçamentos públicos, fiscalização e controle. Ela presta esse serviço aos senadores, à Mesa, às comissões permanentes e à Diretoria-Geral da Casa.

A Câmara conta com órgão

Números explicados

Monitor Fiscal
Boletim mensal elaborado pelas Consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara dos Deputados

Objetivo
Atuar como um guia para o acompanhamento do desempenho fiscal da União

Público-alvo
Parlamentares, jornalistas e cidadãos em geral

Edição de junho
Meta fiscal para 2016: deficit de R\$ 170,5 bilhões

Esfera	Realizado até abril	LDO original		LDO atualizada	
		Meta do ano	Meta do ano	A realizar	A realizar
União	R\$ -6,2 bi	R\$ 24 bi	R\$ -170,5 bi	R\$ -164,3 bi	
Estados e municípios	R\$ 10,6 bi	R\$ 6,6 bi	R\$ 6,6 bi	R\$ -4,1 bi	

Acesso e contato:
<http://bit.ly/monitorjun>; e-mail: monitor.fiscal@senado.leg.br; tel.: (61) 3303-3318

também três tópicos específicos sobre o governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) entre 2015 e 2016.

Em seguida, a publicação avalia o contingenciamento de despesas discricionárias do Executivo — aquelas que não estão vinculadas por lei a áreas específicas e sobre as quais o governo tem maior poder de administração. Por fim, apresenta os números do endividamento público em relação ao produto interno bruto (PIB).

Guia

O *Monitor Fiscal* busca ser um guia para parlamentares e cidadãos acompanharem o desempenho fiscal da União. Em quatro páginas, o produto aborda mensalmente temas

semelhante, a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira.

As duas consultorias atuam juntas na Comissão Mista de Orçamento, fazendo o processamento da análise sobre o projeto do Plano Plurianual, do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do projeto da Lei de Orçamento Anual.

como superavit, deficit, endividamento e contingenciamento. A ideia é tratar desses assuntos em linguagem simples para ampliar a transparência e a possibilidade de controle social das contas públicas.

— O *Monitor* tem uma estrutura bastante estável. Os tópicos são os mesmos, com pequenas variações. É interessante que as edições possam ser comparáveis ao longo do tempo — diz Bijos.

O consultor de Orçamento do Senado Daniel Couri, que também integra a equipe técnica do boletim, destaca que, a cada mês, um grupo de consultores do Senado e da Câmara é responsável por elaborar e outro por revisar o conteúdo. Relatórios oficiais do Executivo e projeções do mercado estão entre as fontes usadas na publicação.

Bijos diz que o *Monitor Fiscal* tem ampliado a repercussão cada vez mais. As publicações estão disponíveis na internet.

— Pretendemos ampliar a divulgação, alcançando as redes sociais com mais frequência. Sabemos que ainda há espaço para aprimoramento.

O boletim também é encartado no **Jornal do Senado** na primeira semana de cada mês.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

PLENÁRIO Empresas juniores

11h Sessão especial para celebrar a aprovação da Lei das Empresas Juniores. Às 14h, sessão não deliberativa.

IMPEACHMENT Testemunhas

14h A comissão especial ouve Ivo da Motta Azevedo Corrêa, Renato Janine Ribeiro, Felipe Daruich Neto e Bruno Moretti.

CCT Contribuição sindical

8h45 A comissão pode votar o PLC 101/2014, que altera o prazo de publicação do edital de cobrança da contribuição sindical, e mais 45 itens.

CMA Créditos de carbono

9h30 Na pauta de 16 itens da comissão, o PLS 95/2012, que determina autorização da Funai sobre a geração de créditos de carbono em terras indígenas.

CAE Servidores do Ministério Público

10h A comissão analisa o PLC 26/2016, sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, e mais 3 itens.

CCJ Violência doméstica

10h A comissão faz audiência pública interativa para discutir o PLC 7/2016, sobre o direito da vítima de violência doméstica a atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino.

IMPEACHMENT Depoimentos

11h A comissão especial ouve Pepe Vargas, Miriam Belchior, Orlando Magalhães da Cunha e Marcelo Minghelli.

TRANSPARÊNCIA Requerimento

11h A comissão analisa requerimento.

CE Hino Nacional em competições

11h45 A comissão pode votar 14 itens, entre eles, substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 16/2015, que determina a execução do Hino Nacional na abertura das competições esportivas nacionais, e o PLS 772/2015, que estabelece a inclusão do tema do empreendedorismo no currículo da educação básica.

CMO Lei Orçamentária de 2017

14h Reunião do colegiado de líderes da comissão mista para discutir o relatório preliminar com emendas ao PLN 2/2016, sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual de 2017. Às 14h30, reunião ordinária.

MEDIDAS PROVISÓRIAS Instalação

15h/16h20 Instalação e eleição dos presidentes e dos vice-presidentes de nove comissões mistas responsáveis por analisar medidas provisórias.

QUARTA

CI Sabatina para a Antaq

8h30 A comissão sabatina Mário Povia, indicado para ser reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

CAS Fomento à tecnologia

9h A comissão pode votar o PLS 181/2016, que destina parcela do Fundo Social para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e o PLS 212/2015, que disciplina a profissão de cientista.

CMA Desemprego no Brasil

9h A comissão promove audiência pública interativa para discutir os critérios e a metodologia de cálculo da taxa de desemprego no Brasil. Entre os convidados, estão representantes do Ministério do Trabalho e Previdência Social, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

CCJ Conselho Nacional de Justiça

10h A comissão sabatina o ministro João Otávio de Noronha, indicado para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2016–2018. Logo depois, os senadores discutem 39 itens. Entre eles, turno suplementar do substitutivo oferecido ao PLS 663/2015, que proíbe doações a candidatos e partidos políticos por servidores ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública direta e indireta, e o PLS 373/2015, que inclui o homicídio contra idoso no rol dos crimes hediondos.

CE Ministro da Educação

10h30 A comissão promove audiência pública interativa para ouvir o ministro da Educação, Mendonça Filho, sobre o plano de governo da pasta.

CRE Congo, Cabo Verde e Chipre

10h A comissão sabatina indicados para embaixadores do Brasil junto no Congo, cumulativamente com a República Centro-Africana (Raul de Taunay); Cabo Verde (José Carlos de Araújo Leitão); e Chipre (João Inácio Oswald Padilha). Logo depois, o colegiado faz a leitura da indicação de Antonio José Vallim Guerreiro para a embaixada na Bélgica e, cumulativamente, em Luxemburgo.

PLENÁRIO Discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa do Senado.

QUINTA

SEXTA

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Ciência sem Fronteiras e Supersimples estão na pauta

Plenário deve aprovar transformação em política de Estado do incentivo à formação acadêmica no exterior; iniciativa que diminui burocracia para microempresas também está na ordem do dia

O PLENÁRIO DO Senado deve aprovar amanhã o projeto que amplia o alcance e atualiza as regras do Supersimples. Esse regime tributário diferenciado foi criado em 2006 para reduzir impostos e simplificar a burocracia no pagamento de contribuições de micros, pequenas e médias empresas.

Ao apresentar substitutivo ao projeto original do ex-deputado Barbosa Neto (PLC 125/2015 — Complementar), a relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), explicou que o objetivo das alterações é fazer mais empresas aderirem ao Simples — e, conseqüentemente, gerar mais empregos.

Entre as mudanças, está a elevação de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões do teto da empresa de pequeno porte a ser incluída no programa. O projeto eleva o limite de receita bruta anual para o enquadramento como microempreendedor individual, que deverá passar dos atuais R\$ 60 mil para R\$ 72 mil. O número de faixas de faturamento foi reduzido de 20 para 6, segundo Marta, para simplificar a lógica de todo o sistema.

Estudo no exterior

Também deve ser aprovado o PLS 798/2015, que institui em definitivo o Ciência sem Fronteiras. Criado em 2011, o programa é regulamentado pelo Decreto 7.642/2011, mas a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), autora do PLS, propõe que o programa passe



Relatora do texto que altera o Supersimples, Marta quer gerar mais empregos

a ser regulamentado por lei. No regime jurídico brasileiro uma lei tem mais força do que um decreto.

O Ciência sem Fronteiras tem por objetivo incentivar a formação acadêmica no exterior. Os alunos brasileiros recebem ajuda financeira para estudar em universidades de outros países. Até o final de 2014 foram concedidas 101.446 bolsas de estudo. Destas, 78% foram para graduação sanduíche (parte no Brasil e parte no exterior). O total gasto com o programa de 2012 a novembro de 2015 foi de cerca de R\$ 10,5 bilhões.

O PLS é resultado da avaliação de políticas públicas desenvolvida pela CCT em 2015. A comissão apresentou recomendações aos gestores do programa. A primeira delas é a continuidade do Ciência sem Fronteiras, apesar das dificuldades fiscais. Além disso,

pede a garantia de recursos mínimos para honrar os encargos já assumidos e conceder novas bolsas para valorizar projetos estratégicos para o desenvolvimento do país.

A comissão também quis assegurar que o Ciência sem Fronteiras passe a ser uma política de Estado, e não apenas de governo. Por isso, sugeriu o projeto, com redação similar à do decreto. Outra indicação foi que o governo intensifique a busca por parcerias no setor privado para diversificar as fontes de financiamento do programa. Propôs também que em relação às bolsas no exterior sejam priorizadas as para pós-graduação, nas modalidades doutorado pleno, doutorado sanduíche, pós-doutorado e mestrado.

Lasier Martins (PDT-RS) cobrou do presidente do Senado, Renan Calheiros, a aprovação da proposta.

DataSenado aponta rejeição por limite de dados na internet

A quase totalidade (99%) dos 608.470 internautas que participaram de enquete do DataSenado encerrada na quinta-feira é contra a limitação de dados na internet de banda larga fixa. A enquete foi motivada por proibição a essa limitação, prevista nos Projetos de Lei do Senado 174/2016 e 176/2016, somados à sugestão (SUG 7/2016), do Portal e-Cidadania, que tem origem em manifestações dos cidadãos. Os projetos tramitam no Congresso Nacional.

Com recorde de participação, a enquete do DataSenado, em parceria com a Agência Senado, foi realizada entre os dias 16 de maio e 15 de junho.

A maioria dos respondentes (64%) acredita que a limitação pode diminuir a qualidade dos serviços, 32% acham que permanecerá igual e 2% acreditam que pode melhorar. Sobre custos, 89% dos participantes acreditam que vão aumentar; 6%, que vão diminuir; e 4%,

que vão permanecer iguais. Também na enquete, 87% dos internautas manifestaram rejeição aos bloqueios coletivos de aplicativos de comunicação por decisões judiciais, apoiados por somente 8% dos participantes.

Ao opinar sobre o impacto da limitação de dados no lucro das empresas prestadoras desse serviço, 83% dos respondentes acreditam que o lucro das empresas prestadoras de serviço aumentará. Em contrapartida, 95% dos respondentes apontam que a satisfação dos clientes diminuirá.

Sobre a limitação estar ou não de acordo com o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), 91% acreditam que não está de acordo com os princípios da lei. Apenas 3% disseram que sim.

Os resultados refletem a opinião das pessoas que participaram da enquete no Portal do Senado. Os números não representam a opinião da totalidade da população brasileira.



Vanessa apoia plebiscito para que população diga se quer novas eleições

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que a única saída para a crise econômica e política do Brasil virá com a consulta aos cidadãos:

— A única saída é chamar a população para nos ajudar a tirar o país da crise. Convocar um plebiscito para que a população diga se quer ou não a antecipação das eleições.

Para a senadora, a crise não é responsabilidade de Dilma, apesar dos erros cometidos em sua gestão. Segundo ela, os administradores interinos do país usam a crise política para alimentar a crise econômica e querem tirar a presidente definitivamente de seu lugar. Uma vez confirmados no poder, avaliou, neutralizarão a Operação Lava Jato e retirarão direitos dos trabalhadores ao viabilizar a aprovação de projetos, como o que regulamenta a terceirização (PLC 30/2015).



Pedro França/Agência Senado

Fátima diz que Temer trará retrocessos maiores do que os da ditadura

Fátima Bezerra (PT-RN) criticou o governo do presidente interino Michel Temer, dizendo que haverá retrocessos maiores do que os dos tempos da ditadura militar. Ela disse que será um desafio, mas que o impeachment será derrotado e o governo Dilma, resgatado.

— Este governo tem pressa em desconstruir políticas sociais. Tem pressa para impor retrocessos na saúde, na educação, nos direitos dos trabalhadores, na agricultura familiar — acusou.

Fátima Bezerra disse que as gravações do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado revelaram o que chamou de objetivos do golpe: afastar a presidente Dilma Rousseff e acabar com a Operação Lava Jato. A senadora criticou ainda a proposta de emenda à Constituição de contenção de gastos públicos.



Pedro França/Agência Senado

Defensores de Dilma tentam minimizar crimes, avalia José Medeiros

Para José Medeiros (PSD-MT), os partidários da presidente afastada Dilma Rousseff na Comissão Especial do Impeachment tentam minimizar a gravidade dos atos que foram praticados por ela. Para o senador, os crimes de responsabilidade fiscal são incontestáveis.

Segundo Medeiros, os defensores de Dilma tentam jogar a responsabilidade para os técnicos que assessoravam a presidente, “querendo dividir o crime em tantas partes até ele virar pó”.

— Quando não podem enfrentar os argumentos, geralmente começam a tentar destruir o dono dos argumentos e a desconstruir com cortina de fumaça e muita mentira — afirmou.

Ele afirmou, contudo, que a população está vendo o que acontece na comissão e que os outros senadores vão lá “para fazer o contraponto”.



Pedro França/Agência Senado

Para Ana Amélia, PT não sabe governar, mas sabe fazer oposição

Na opinião de Ana Amélia (PP-RS), os integrantes do PT têm memória seletiva ao acusar a gestão do presidente interino Michel Temer de atentar, com as medidas para retomar o crescimento, contra direitos da população.

— O PT está revelando agora que não é competente para governar, mas sabe fazer muito bem oposição — avaliou.

Para a senadora, é estranha a reação do PT à demissão do terceiro ministro de Temer por suspeita de irregularidades se Dilma demitiu sete, no início de seu governo, pelo mesmo motivo.

Ela citou ainda, entre outras discrepâncias, a reclamação de “autoritarismo do Executivo”, visto que a presidente afastada alterou a definição da política de reajuste do salário mínimo e das aposentadorias para ser feita por decreto, não mais passando pelo Congresso.



Pedro França/Agência Senado

Segundo o ex-ministro, a suplementação de crédito contava com recursos existentes, os quais apenas tinham a aplicação alterada sem provocar impacto sobre a meta fiscal

Nelson Barbosa defende legalidade de decretos

OS DECRETOS DE crédito suplementar editados por Dilma Rousseff em 2015 não exigiram liberação de gasto financeiro e, assim, não representaram impacto na meta de resultado primário, afirmou na sexta-feira o ex-ministro do Planejamento Nelson Barbosa à Comissão Especial do Impeachment. Depois de Barbosa, falaram à comissão mais quatro depoentes (*quadro abaixo*).

Convidado como testemunha de defesa da presidente afastada, Barbosa explicou que a suplementação de crédito contava com recursos existentes. Somente a aplicação desses recursos era alterada.

O relator, Antonio Anastásia (PSDB-MG), quis saber se o governo, à época da edição dos decretos, levava em conta a meta de superavit que estava em vigor ou a meta de déficit então em exame pelo Congresso Nacional.

— Trata-se de crédito suplementar que não tem impacto sobre a meta, nem sobre a vigente, nem sobre a proposta. Apenas muda a alocação de valor já disponibilizado. Não há que se questionar que meta fiscal foi utilizada como base para o decreto, que não criou obrigação de gasto — frisou.

Diante da resposta, Anastásia questionou o ex-ministro se não seria inócuo o artigo da Lei Orçamentária Anual que permite ao Executivo baixar decretos de crédito suplementar sem autorização legislativa, desde que em compatibilidade com a meta.

— Não considero a norma vazia. Ela dá flexibilidade limitada ao Executivo para aprovar créditos suplementares compatíveis com a meta financeira. Permite criar créditos suplementares desde que não venham acompanhados de decreto de liberação de gasto financeiro ou de empenho que comprometa a meta. Exatamente o que foi feito pelos quatro decretos mencionados nesse processo — disse Barbosa.

Avisos do TCU

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) questionaram o ex-ministro quanto a avisos do Tribunal de Contas da União (TCU), com alertas sobre possíveis irregularidades nos decretos.

— O TCU, em junho de 2015, notifica a presidente da República e, ainda assim, ela publica mais quatro decretos de suplementação em julho. Apenas em dezembro é que



Barbosa disse que Dilma Rousseff não teve responsabilidade sobre os atrasos do pagamento de juros do Plano Safra

ela obtém autorização legislativa para publicação desses atos — disse Ferraço.

Mas, para Barbosa, o aviso do TCU era um alerta inicial, sem valor legal e passível de recurso, constatação e reexame:

— Quando o Ministério Público representou contra a utilização de superavit financeiro e excesso de arrecadação para a edição de decretos, o governo interrompeu a edição, até que essa matéria fosse esclarecida, o que ocorreu em outubro.

Fátima Bezerra (PT-RN) perguntou sobre impactos negativos caso a suplementação não tivesse sido aprovada, já que 70% dos valores envolvi-

dos nos decretos de crédito suplementar foram destinados à pasta da Educação,

— Se não tivesse sido aprovado, o orçamento da Educação teria sido enrijecido, sobraria dinheiro em uma área na qual a utilização não é prioritária e faltaria em outra área, na qual era prioritária, e esse remanejamento se deu dentro do limite financeiro estipulado — respondeu Barbosa.

Plano Safra

Simone Tebet (PMDB-MS) quis saber sobre a responsabilidade nos atrasos de repasses de equalização de taxas de juros do Plano Safra ao Banco

do Brasil.

Segundo Barbosa, a execução do programa de equalização de taxas de juros segue decisões do Conselho Monetário Nacional e do Ministério da Fazenda, não sendo uma decisão da Presidência da República.

Para Lindbergh Farias (PT-RJ), isso demonstra que não há crime de responsabilidade:

— Não tem autoria no Plano Safra e, no caso dos decretos, não houve aumento de gastos. A presidente não pode ter responsabilidade por algo que passou por vários órgãos técnicos e chegou para ela como chegou para todos os presidentes que assinaram da mesma forma.

Crise econômica

Durante a oitava, senadores favoráveis ao impeachment, como Ataídes Oliveira (PSDB-TO), Waldemir Moka (PMDB-MA), Ana Amélia (PP-RS) e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), argumentaram pela saída definitiva da presidente afastada Dilma Rousseff, ressaltando as consequências negativas da retração econômica e do aumento do desemprego no governo da petista.

— Não podemos fugir de enfrentar a realidade dos números. Nunca antes na história econômica brasileira, a gente vivenciou período de resultados negativos por dois anos consecutivos. Talvez só no início da década de 1930 tenhamos experimentado situação análoga — observou Bezerra.

Para Ana Amélia, as “pedaladas fiscais”, com objetivo de “maquiar” as contas públicas, e os atrasos em repasses do Plano Safra agravaram os problemas econômicos do país.

— Aí está a irresponsabilidade. O que o governo gastou em juros para pagamento das equalizações do Plano Safra, em 2012, 2013 e 2014, chegou a quase R\$ 2 bilhões. É dinheiro que faltou para muitas áreas sociais — frisou a senadora.



Paim, Ferreira, Carmelo e Sousa usaram a experiência no Ministério da Educação e na Secretaria de Orçamento para responder a questionamentos dos senadores

Testemunhas afirmam que créditos não afetaram a meta fiscal

Além de não aumentarem a despesa da União e estarem dentro da lei, os decretos de suplementação editados por Dilma Rousseff foram essenciais para a gestão pública. É o que afirmaram o ex-ministro da Educação José Henrique Paim Fernandes, o diretor de Programas de Infraestrutura da Secretaria de Orçamento Federal, Zarak de Oliveira Ferreira, o analista do Ministério do Planejamento Antonio José Chatack Carmelo e o especialista da Secretaria de Orçamento Federal Georgimar Martiniano de Sousa.

Paim disse que outros decretos suplementares foram feitos antes e não houve nenhuma anotação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Ele explicou que todo crédito suplementar fica dentro dos limites estabelecidos pelo Ministério do Planejamento.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou que, caso o governo não tivesse disponibilizado os créditos, recursos ficariam parados no caixa do Tesouro.

Anastásia questionou se era atribuição da pasta da Educação avaliar o impacto da abertura de crédito suplementar sobre a obtenção da meta de superavit primário. Fernandes argumentou que todo crédito suplementar aberto tem amparo no superavit financeiro gerado.

Waldemir Moka (PMDB-MS) e José Medeiros (PSD-MT) não quiseram fazer perguntas porque, em julho

de 2015, Paim não estava mais no ministério. A advogada da acusação, Janaina Paschoal, questionou a convocação dele como testemunha.

Zarak de Oliveira Ferreira disse que os decretos não afetaram a meta fiscal de 2015 porque, graças ao contingenciamento, qualquer suplementação já implicaria cancelamento de outras despesas. Ele explicou que os decretos só vão gerar impactos sobre a execução fiscal quando é feito o pagamento.

O analista do Ministério do Planejamento Antônio José Carmelo afirmou que os créditos se enquadram na ótica orçamentária, e não na financeira. Segundo ele, a apuração da meta não é atri-

buição do órgão solicitante do crédito. O analista disse que o relatório bimestral de avaliação de receita e despesa, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal e pela Secretaria do Tesouro Nacional, é o principal instrumento para fazer uma estimativa da meta de resultado primário.

Georgimar Martiniano de Sousa, analista da Secretaria de Orçamento Federal, também disse entender que os decretos possuem base legal e não afetaram a meta fiscal. Ele observou que não trabalha com verificação de compatibilidade fiscal dos decretos, e sim com a análise de mérito dos pedidos de órgãos. Garantiu que os decretos possuíam lastro orçamentário.